UTC Óleo e Gás Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 37.241.124/0001-79

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3a	21.208	10.246
Clientes	3b – 4	55.538	21.655
Estoques	3c- 5	17.286	4.468
Impostos a recuperar	3e	23.575	2.621
Adiantamento a fornecedores	3d	3.661	1.742
Títulos a receber	6	20.672	20.768
Outros créditos		954	–
		142.894	**61.500**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	7	153.674	105.391
Imobilizado	3f – 8	13.840	9.160
Intangível	3g – 9	110.209	110.176
		277.723	**224.727**
Total do Ativo		**420.617**	**286.227**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		24.420	7.115
Empréstimos e financiamentos	3h – 10	28.942	11.986
Salários, impostos e contribuições a recolher	11 – 12	66.003	16.535
Provisão de férias e encargos	3j	17.312	4.626
Outras contas a pagar		567	–
		137.244	**40.262**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	3h – 10	31.681	28.041
Impostos parcelados	11	7.584	–
		39.265	**28.041**
Patrimônio Líquido			
Capital social	13	200.467	200.467
Reservas de lucros		43.641	17.457
		244.108	**217.924**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**420.617**	**286.227**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de lucros – Reserva Legal	Reserva de lucros – Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**200.467**	**–**	**–**	**(777)**	**199.690**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	18.234	18.234
Distribuição do resultado:					
Constituição da reserva legal	–	912	–	(912)	–
Constituição da retenção de lucro	–	–	16.545	(16.545)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**200.467**	**912**	**16.545**	**–**	**217.924**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	26.184	26.184
Distribuição do resultado:					
Constituição da reserva legal	–	1.309	–	(1.309)	–
Constituição da retenção de lucro	–	–	24.875	(24.875)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**200.467**	**2.221**	**41.420**	**–**	**244.108**

Demonstrações de Resultados

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	14	392.147	103.863
Custos dos serviços prestados	15	(330.027)	(76.879)
Lucro bruto		**62.120**	**26.984**
Despesas operacionais			
Administrativas	15	(7.707)	(4.894)
Outras receitas/despesas		492	24
Lucro antes do resultado financeiro		**54.905**	**22.114**
Receitas financeiras		384	507
Despesas financeiras		(16.876)	(4.387)
Resultado financeiro, líquido	16	(16.492)	(3.880)
Resultado antes do IR/CS		38.413	18.234
IRPJ/CSLL Diferido	12	(12.229)	–
Lucro líquido do exercício		**26.184**	**18.234**
Lucro líquido do exercício por ação do capital social		**0,1306**	**0,0910**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Lucro líquido do exercício	26.184	18.234
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício:		
Depreciação/amortização	899	184
Juros provisionados	14.568	4.840
Resultado ajustado	41.651	23.258
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Clientes	(33.883)	(21.655)
Estoques	(12.818)	(4.468)
Impostos a recuperar	(20.954)	(2.613)
Adiantamento a fornecedores	(1.919)	(1.741)
Títulos a receber	96	(96)
Outros créditos/contas a pagar	(387)	–
Fornecedores	17.305	7.106
Salários, impostos e contribuições a recolher	49.468	16.531
Provisão de férias e encargos	12.686	4.626
Impostos parcelados	7.584	–
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	58.829	20.948
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(Aumento)/Diminuição de crédito com partes relacionadas	(48.283)	(36.496)
Empréstimos contraídos	6.028	35.187
Recursos líquidos consumidos nas atividades de financiamentos	(42.255)	(1.309)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(5.579)	(9.341)
Aumento do intangível	(33)	(53)
Recursos líquidos consumidos nas atividades de investimentos	(5.612)	(9.394)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	10.962	10.245
Demonstração das variações:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.246	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.208	10.246
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**10.962**	**10.245**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1 - Contexto Operacional – A UTC Óleo e Gás Engenharia S.A. (anteriormente conhecida como UTC Internacional Engenharia S.A.) foi constituída em 27 de maio de 2020 e tem como objetivo social a execução de projetos de engenharia industrial em geral, bem como a construção civil. Sua atuação abrange a fabricação de artefatos de cimento, fibra de cimento, ferro e aço, incluindo a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos. Além disso, a empresa realiza a montagem, reconstrução e manutenção de instalações industriais, e desenvolve pesquisa e tecnologia voltadas para as companhias industriais, bem como a exploração de normas e processos de fabricação industrial. Também se dedica à realização de estudos técnicos e econômicos sobre a instalação de empreendimentos industriais, à operação de unidades industriais, seja por exploração própria ou por meio de contratos com terceiros, além de representar processos industriais. **2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras – a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) :** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e pronunciamentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. **b. Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. **c. Elaboração:** Em 2025 e 2024, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. Em 26 de fevereiro de 2025, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações financeiras e autorizou a sua divulgação. **3 - Resumo das Principais Políticas Contábeis –** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, as aplicações financeiras normalmente se qualificam como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação e as características quanto ao risco e remuneração são similares. **b. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes estão apresentadas ao valor contábil dos serviços já faturados e os direitos de serviços a faturar, não sendo aplicável o ajuste a valor presenta. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constitui provisões para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização, quando necessário. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **c. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **d. Adiantamento a fornecedores:** Os adiantamentos a fornecedores referem-se os valores adiantados para fornecedores de materiais e equipamentos para aplicação e fornecedores de prestação de serviços, principalmente referente a importações, registrados pelo valor de custo, sendo que os adiantamentos a fornecedores estrangeiros são reconhecidos mensalmente as variações cambiais. **e. Impostos a recuperar:** Conta destinada a registrar os impostos retidos e antecipados, de acordo com a legislação vigente, ou aqueles pagos para os quais a Companhia vem discutindo judicialmente. Esses tributos serão recuperados mediante a compensação com impostos devidos, os valores estão registrados pelo valor original, sendo reconhecidas as atualizações somente quando das efetivas compensações. **f. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e peras de redução ao valor recuperável (*Impairment*) acumuladas. Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. A depreciação é realizada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. **g. Intangível:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **h. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na data da transação, e posteriormente, são demonstrados pelo custo amortizado. As diferenças entre o valor captado e o valor de liquidação são reconhecidas na demonstração do resultado, durante o período de vigência dos empréstimos e financiamentos, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, e quando a liquidação é diferida por mais de 12 meses, após a data do balanço, são classificados como passivo não circulante. **i. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. **j. Provisão para férias:** Estão provisionadas integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos até a data do balanço. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **l. Tributação:** Imposto de renda e contribuição social: A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R$ 240 anual, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Outros impostos: As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB"), ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), segundo as alíquotas vigentes em cada região, à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme legislação vigente, e são apresentadas como deduções das receitas no resultado do exercício. As receitas de revendas estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias ("ICMS") e quando aplicável ao Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"), e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). **m. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **n. Reconhecimento de receitas:** O reconhecimento da receita é realizado: (i) para os contratos por preço global ou unitário o estágio de execução (*stage of completion*) do contrato, usualmente denominado como método da porcentagem completada (por esse método, a receita contratual é reconhecida com base na evolução física do trabalho contratado. Esse método proporciona informação útil sobre a extensão da atividade e do desempenho contratual, ao longo do período); e (ii) para os contratos por permanência de recursos para execução de obras, pela medição dos serviços prestados. **o. Apuração e apropriação do resultado das obras:** Os custos e receitas dos contratos de construção (curto e longo prazo) têm suas receitas reconhecidas com base no seu andamento (completude), juntamente com seus custos incorridos, e são reconhecidos no resultado do exercício. O Grupo reflete no passivo circulante apenas os adiantamentos e valores recebidos de clientes aplicáveis a esforços a serem executados em períodos futuros.

4 - Clientes

	2025	2024
Clientes nacionais	4.768	1.739
Retenções contratuais	10.184	9
Serviços a faturar	40.686	19.907
	55.538	**21.655**

5 - Estoques

	2025	2024
Materiais de aplicação e consumo	14.533	4.442
Estoque de terceiros	2.753	26
	17.286	**4.468**

6 - Títulos a receber – Refere-se basicamente a créditos devidos pela Itaipu Binacional à controladora da Companhia, discutidos no processo 00002905-03.1997.4.01.3400 e 002910-25.1997.4-01-3400, relativos a juros e correção monetária decorrentes do atraso no pagamento de faturas. Em sede de instrução probatória, houve a apresentação de laudos periciais que apuraram créditos em favor da Demandante, os quais foram utilizados para integralização de capital da Companhia. O valor do crédito de R$ 20.672 utilizado para aumento de capital e foi apurado por escritório de advocacia independente, levando-se em conta a situação processual.

7 - Partes Relacionadas – Representados por operações entre empresas do grupo, mantido o registro pelo valor de custo, sem atualização monetária e prazo de vencimento.

Empresas	2025	2024
UTC Participações S.A.	59.978	59.978
UTC Engenharia S.A.	93.696	45.413
	153.674	**105.391**

8 - Imobilizado

Custo	Taxas de depreciação	2025	2024
Máquinas e equipamentos	7%	4.028	731
Móveis e utensílios	5%	183	79
Ferramentas e instrumentos	7%	1.183	54
Equipamentos proc. eletrônico de dados	9%	1.136	739
Instalações	4%	2.398	1.767
Benfeitorias	4%	5.970	5.970
		14.898	**9.339**
Depreciação Acumulada		(1.059)	(180)
		13.839	**9.160**

9 - Intangível – O intangível está composto pelo valor do Acervo Técnico correspondente aos Certificados de Atestado Técnico – CAT, do período de 1982-2011, referentes a obras de aeroportos, complexos industriais (alimentícia, celulose e papel, farmacêutica, fertilizantes e vidros); energia (elétrica e nuclear); gases industriais, mineração, óleo e gás, química e petroquímica; saneamento, e siderurgia. A avaliação do acervo técnico foi estabelecida a partir do Valor Econômico da Empresa, pelo método do fluxo de caixa descontado. Referido estudo foi elaborado por empresa de avaliação independente que apurou o valor de R$ 110.126, o qual foi utilizado para aumento de capital da Companhia por sua controladora.

	2025	2024
Acervo técnico	110.126	110.126
Software	106	53
(-) Amortização acumulada	(23)	(3)
Total	**110.209**	**110.176**

10 - Empréstimos e Financiamentos – Refere-se a recursos captados para reforço do capital de giro da Sociedade, com atualização do CDI + 0,68% a.m, com vencimentos das últimas parcelas entre novembro de 2027 e janeiro de 2028.

11 - Salários, Impostos e Contribuições a Recolher

	2025	2024
Impostos sobre a receita (a)	43.965	6.257
Retenções na fonte a recolher	3.818	1.462
Encargos sociais a recolher	7.730	2.293
Salários a pagar	10.490	6.523
	66.003	**16.535**

(a) Imposto sobre a receita corresponde ao valor de R$ 31.736 a diferença refere-se ao valor de R$ 12.229 referente a IR/CS Diferido sobre Receita de Medição vide nota 12.

12 - Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Corrente	2.025
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	38.412
Adições	
Despesas Indedutíveis	5
Exclusões	
Receitas de Medições	40.686
Base fiscal/Prejuízo fiscal em 2025	**(2.269)**

Diferido	2.025
Ativo:	
Base negativa e prejuízo fiscal anos anteriores	2.450
Base negativa e prejuízo fiscal 2025	2.269
	4.719
Passivo:	
Receita de Medições	(40.686)
Base líquida acumulada	(35.967)
Alíquota	34%
IRPJ e CSLL diferidos	**(12.229)**

13 - Patrimônio Líquido – O Capital Social é de R$ 200.467, representado por 200.467.000 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado.

14 - Receita Operacional Liquida

	2025	2024
Mercado interno	392.112	79.431
Marcado externo	65.959	36.944
Impostos e abatimentos	(65.924)	(12.512)
Receita operacional líquida	**392.147**	**103.863**

15 - Demonstração do Resultado por Natureza

	2025	2024
Custo das vendas e dos serviços prestados	(330.027)	(76.879)
Despesas administrativas	(7.707)	(4.894)
Total	**(337.734)**	**(81.773)**

	2025	2024
Despesas com pessoal	(251.522)	(55.251)
Custos com material de aplicação e revenda	(24.385)	(9.468)
Custos dos serviços de terceiros e subempreiteira	(48.706)	(13.256)
Outros custos e despesas	(13.121)	(3.798)
Total	**(337.734)**	**(81.773)**

16 - Resultado Financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas		
Receita s/ aplicações financeiras	316	402
Variação cambial	68	106
	384	**507**
Despesas		
Multas – juros pagos	(15.864)	(3.972)
Variação cambial	(281)	(124)
Juros incorridos	(626)	(15)
Despesas bancárias	(99)	(179)
Outros	(6)	(97)
	(16.876)	(4.387)
	(16.492)	**(3.880)**

17 - Avaliação de Risco de Negócio – Considerando a natureza das operações da Companhia, o principal fator de risco de mercado que pode vir a afetar os seus negócios é o risco de crédito, o qual se refere principalmente aos recursos mantidos como caixa e equivalentes de caixa, como também às contas a receber. Todas as operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Pelo fato das contas a receber serem concentradas substancialmente em clientes com reputação e solidez reconhecidas no mercado, a Administração da Companhia não espera enfrentar dificuldades de realização dos valores em questão. Em 31 de dezembro de 2025, não existem valores relevantes atrelados em moeda estrangeiras que pudessem ensejar risco de taxa de câmbio nas operações da Companhia. **18 - Cobertura de Seguros (não auditados) –** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Na opinião da Administração, todos os ativos e as responsabilidades de valores relevantes e de alto risco estão cobertos por seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. **19 - Eventos Subsequentes –** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações financeiras e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Mauro Augusto da Cruz – Diretor Presidente

Luciano Barbosa Theodoro – Diretor

Renato Binotto de Oliveira – Contador CRC/SP 1SP 219.872/O-7

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas e Diretores da
UTC Óleo e Gás Engenharia S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da UTC Óleo e Gás Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UTC Óleo e Gás Engenharia S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data., de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: 1 – Títulos a Receber:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6, que descreve os créditos a receber no montante de R$ 20.672 mil, relacionados a valores discutidos judicialmente referentes a juros e atualização monetária decorrentes de atraso no pagamento de faturas. Conforme descrito na referida nota, tais créditos foram calculados com base em laudo elaborado por escritório de advocacia independente, considerando a situação processual, e utilizados para a integralização de capital da entidade. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **2 – Transação com Partes Relacionadas:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações relevantes com partes relacionadas, realizadas em condições pactuadas entre as partes, as quais não contemplam incidência de encargos financeiros nem prazos definidos de vencimento para determinados saldos. Essas operações apresentam condições distintas daquelas que seriam estabelecidas em transações realizadas com partes independentes. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras da UTC Óleo e Gás Engenharia S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos relatório dos auditores datado de 10 de fevereiro de 2025, contendo as mesmas ênfases acima. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Mário Vieira Lopes – Contador – CRC- RJ 060.611/O-0
José Carlos de Almeida Martins – Contador – CRC-RJ 036.737-0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**